
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, CI nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, -=-= CI nº XXXXX e CPF nº XXXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, CI nº XXXXXX, residentes e domiciliados no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - telefone XXXXXX ou XXXXXX (recado), e

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, CI nº XXXXX XXX/DF, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, CI nº XXXX XXX/XX, CPF nº XXXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, CI nº XXXXX XXX/XX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, CI nº XXXXX XXX/XX, **FULANO DE TAL**, CI nº XXXXX XXX/---, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, residentes e domiciliados na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, vêm à presença de V.Ex.a, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal* (art. 16, parágrafo único, da lei nº. 1060/50 e art. 4º, inciso III, da lei complementar nº. 80/94), com fundamento nos artigo 186 do Código Civil, proporem a presente ação de

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS

Em face de **FULANO DE TAL**, estado civil, e **FULANO DE TAL**, estado civil, residentes e domiciliados no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXX, XXXXXXXX, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir alinhados:

I - DOS FATOS

No dia XX/XX/XXXX, entre XX:XX e XX:XX horas, na altura do XXXXXXXXXXXX, o primeiro requerido, FULANO DE TAL, conduzindo o veículo VW/Gol 16 válvulas turbo, placa XXXXXXXXXX, atropelou FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, causando-lhes o óbito.

No momento do acidente, o primeiro requerido conduzia o seu veículo de forma arriscada e imprudente, pois coforme o laudo pericial a velocidade desenvolvida era de 115 Km/h (a velocidade regulamentar da pista é de 80 Km/h). Esta atitude, associada à imperícia do requerido, que não reagiu a tempo mesmo tendo avistado os pedestres atravessando a pista, causou o choque que resultou no óbito das vítimas, que naquele momento estavam voltando do trabalho para casa. Destaca-se que o requerido não chegou nem a frear antes do impacto, pois a perícia apurou que as marcas de frenagem situavam-se após o local de impacto.

A colisão foi tão forte que as vítimas faleceram na hora e o veículo sofreu graves avarias a ponto de ter de ser guinchado.

O segundo requerido, FULANO DE TAL, é o legítimo proprietário do veículo dirigido na ocasião por seu filho FULANO DE TAL (documentos anexos), sendo assim, responsável solidariamente pelos danos causados a terceiros na condução do veículo, segundo o ordenamento jurídico vigente e o entendimento unânime da jurisprudência. É certo que o segundo requerido agiu com *culpa in eligendo*, uma vez que permitiu que o filho conduzisse o veículo de forma irresponsável, causando enormes prejuízos a outras pessoas.

É importante salientar que a culpabilidade do primeiro requerido na causação do acidente foi decidida por sentença na esfera criminal (autos nº XXXXX – Xª Vara Criminal da XXXXX –

cópia da sentença em anexo) e encontra-se em fase de recurso, conforme andamento processual obtido na Internet. A decisão definitiva a ser proferida terá inevitável influência no presente processo, em face do que dispõe o art. 935 do Cód. Civil, mas não impede que a presente ação tenha o seu curso normal, mesmo porque é necessário quantificar o valor da indenização. A seguir transcreve-se o citado art. 935 do Cód. Civil:

"art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal."

II - DO LITISCONSÓRCIO ATIVO

A vítima FULANO DE TAL é mãe dos três primeiros autores: FULANO DE TAL, FULANO DE TAL E FULANO DE TAL. A vítima FULANO DE TAL é pai dos demais autores: FULANO DE TAL, FULANO DE TAL, FULANO DE TAL, FULANO DE TAL, FULANO DE TAL. A ação é proposta em conjunto por cuidar a hipótese de litisconsórcio ativo, nos termos do art. 46, incisos I e II, do CPC, sendo inegáveis os benefícios de cumular-se as demandas.

III - DOS DANOS CAUSADOS

Os autores tiveram uma inenarrável perda, sendo compelidos a sentirem a terrível dor de perder seus genitores. Ainda mais revoltante é perceber que a tragédia foi causada por total negligência e imprudência do primeiro requerido, haja vista não ter tomado todas as precauções necessárias e típicas de quem deve conduzir um veículo em via pública.

Evidentes, portanto, as lesões materiais e morais que

atingiram os requerentes, o que torna imperativa a indenização ora pleiteada.

Os danos materiais estão comprovados pelo contrato particular de cessão de uso de jazigo nº XXXX, no valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX) e pela nota fiscal de serviços de sepultamento nº XXXXX, no valor de R\$ XXXX (XXXXXX).

o requerente FULANO DE TAL era menor à época, uma vez que possuía X anos e X meses, razão pela qual fazia jus à pensão por morte desde a data do evento até a data que atingiu a maioridade. equivalente a dois terços do salário mínimo por quatro meses, ou seja, o tempo em que era menor.

Relativamente aos danos morais, considerando a enorme dor da perda dos seus genitores, a confortável condição financeira dos requeridos, bem como a sua responsabilidade pelo fatídico acidente, os autores postulam indenização no patamar de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX).

Por último, deve-se ressaltar que a vítima em nada contribuiu para o acidente, sendo que a culpa foi exclusiva do primeiro requerente que trafegava de forma completamente imprudente.

IV - DO DIREITO

O Código Civil normatiza a reparabilidade de quaisquer danos, quer morais, quer materiais, causados por ato ilícito, *ex vi* dos arts. 186 e 927:

"**art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

"art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo."

A indenização visa, precipuamente, restabelecer ou amenizar as consequências do dano, sejam elas psíquicas, sejam elas econômicas.

Dano moral

Vale destacar, ainda, o que reza nossa magna carta de 1988:

"art 5º.

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Como se sabe, o ser humano é imbuído por um conjunto de valores que compõem o seu patrimônio, e que podem vir a ser objeto de lesões, em decorrência de atos ilícitos (já citado artigo 186, cc). Há, sem dúvida, a existência de um patrimônio moral e a necessidade de sua reparação, caso fique constatado o dano. Desta feita, existem circunstâncias, em que o ato lesivo afeta a personalidade do indivíduo, sua honra, seu bem-estar íntimo, seu brio, amor próprio, enfim, sua individualidade. Dessa forma, a reparação, em tais casos, reside no pagamento de uma pecúnia, alvitrada pelo juiz, que possibilite ao lesado uma tentativa de satisfação compensatória da sua dor íntima.

Analizando o caso exposto com o que foi dito no parágrafo acima, evidencia-se que o patrimônio moral dos requerentes foi realmente ofendido e merece uma reparação. Dado ato lesivo afetou sua personalidade, abalando "sua honra, seu bem-

estar, seu brio, amor próprio, enfim, sua individualidade". Embora a indenização não consiga desfazer o ato ilícito, não resta dúvida que possui um caráter paliativo e consolador, de vez que amenizará, ao menos um pouco, o sofrimento desta família já tão sofrida pela vida.

Da jurisprudência

A jurisprudência é uníssona em reconhecer o direito dos autores em pleitearem a indenização ora solicitada, conforme excerto abaixo:

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20030150008023APC DF

Registro do Acórdão Número : 215592

Data de Julgamento : 25/10/2004

Órgão Julgador : 4ª Turma Cível

Relator : SÉRGIO BITTENCOURT

Publicação no DJU: 02/06/2005 **Pág. :** 88
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE DAS VÍTIMAS - PRELIMINAR - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PRECLUSÃO PRO JUDICATO - MÉRITO - RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO ILÍCITO - DANO MORAL - CARACTERIZAÇÃO - INDENIZAÇÃO EM PECÚNIA - CABIMENTO - VALORES - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO - DANOS MATERIAIS - MULHER E FILHO DA VÍTIMA - DECLARAÇÃO DE DEPENDÊNCIA - PENSÃO - QUANTUM - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL PARA PAGAMENTO - CAUÇÃO FIDEJUSSÓRIA - DENÚNCIAÇÃO À LIDE - SEGURADORA - CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

Ainda que, nos termos do art. 471 do cpc, não possa o juiz proferir decisão sobre questão já resolvida (preclusão pro judicato), deve o julgador, diante de uma situação evidentemente equivocada, tomar um novo caminho, em homenagem aos princípios da economia e da efetividade do processo.

A responsabilidade civil por ato ilícito pressupõe a existência de uma relação de causa e efeito entre o fato danoso e a culpa do agente. A responsabilidade da empresa decorre da culpa de seu preposto (culpa in eligendo), nos termos do enunciado da súmula 341/STF.

O dano moral pode ser indenizado em pecúnia. A perda de parentes tão próximos (filhas, marido e pai) em acidente de trânsito, de forma abrupta e violenta, é causa de profunda dor moral.

Ao fixar o valor da reparação pelos danos morais deve o julgador cuidar para que não seja tão alto, a ponto de tornar-se instrumento de vingança ou enriquecimento sem causa do prejudicado, nem tão baixo de maneira a se mostrar indiferente à capacidade de pagamento do ofensor.

A declaração firmada a propósito pela esposa e filho menor da vítima possui força probatória necessária para o reconhecimento de que dependiam da vítima para sobreviver, só podendo ser elidida por prova em contrário, cujo ônus é da parte contrária.

A não comprovação do quantum salarial percebido pela vítima implica que o pensionamento de seus dependentes seja fixado em 2/3 do salário mínimo, considerando-se que 1/3 do salário se presume gastos pessoais da vítima.

O pagamento de pensão ao filho menor da vítima, a título de indenização por danos materiais, é devido até que o mesmo complete 25 anos de idade.

No tocante à indenização por danos materiais, é mera faculdade do julgador substituir a constituição de capital para o seu pagamento por caução fidejussória (art. 602 e § 2º do cpc).

Restando incontroverso que o acidente se deu por culpa exclusiva do motorista do veículo, afigura-se justa a recusa da seguradora (litisdenunciada) em pagar indenização se existente cláusula contratual que a isenta do pagamento em caso de acidente ocasionado por culpa grave do segurado.

Nas obrigações provenientes de ato ilícito, a correção monetária e os juros de mora incidem desde a data do evento.

Se ambas as partes decaíram em parte de sua pretensão, devem ser os honorários repartidos proporcionalmente.

Se um dos litigantes decair de parte mínima do pedido, o outro responderá por inteiro pelas despesas e honorários.

Decisão

DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requerem:

a) os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fulcro na lei nº 1060/50, art 4º, uma vez que os requerentes não possuem condições financeiras para custear o processo sem prejuízo da própria subsistência;

B) a citação dos requeridos, no endereço informado supra, para que, querendo, venham contestar a presente ação, sob pena de incorrer nos efeitos da revelia, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil;

C) a procedência do pedido, condenando-se os requeridos ao pagamento de verba indenizatória estipulada em R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), sendo, referente aos danos materiais, calculados em r\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), e aos danos morais, estimados em r\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX);

D) que sejam os requeridos condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária - PROJUR (art. 5º, inciso II, da Lei Distrital nº 2131, de 12/11/1998), a serem recolhidos junto ao Banco XXX, através de DAR (documento de arrecadação) com o **código XXX- honorários de advogados - PROJUR.**

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal do primeiro requerido, prova testemunhal, documental e pericial, se necessário for.

Atribui-se à causa o valor de R\$ XXXXXX.

Nestes termos,

Pede deferimento.

XXXXXXXXXX, ____ de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

Ceajur-XXXX